

«WIRIYAMU: UM SAMBA DE MALUCOS

NUM LABIRINTO DE ESPELHOS»



1 — O «caso Wiriyamu» é, a todos os títulos, um caso tristíssimo. Triste por vir de quem vem, triste por ser o que é e significar o que significa, triste pelo clamor estúpido e irresponsável que levantou por esse mundo fora, algazarra muito concertadinha, assim a moda de conxo de rãs no lodaçal da ignorância, ao escurecer do dia e da razão. Muito triste ainda por ser um pobre padre, dito católico, a reger a orquestra com a batuta da irresponsabilidade.

E tudo isto contra nós, cristãos portugueses, nós que, em África, somos, apesar de tudo e para além de todos, os adiantados-móres da civilização ocidental cristã, contra nós, cristãos portugueses, que, nesta África inhóspita e pagã, espalhamos a primeira água lustral do baptismo e da civilização, nós que aqui, antes que ninguém, levantamos a primeira cruz e rezámos a primeira missa, nós que, na África dos nossos dias, temos as mais florescentes comunidades cristãs e mais energicamente afirmámos a consciência do paganismo e dos interesses só económicos, as verdades universais da mensagem social cristã.

Tudo isto contra nós, portugueses, os solitários

detentores das únicas comunidades autenticamente cristãs porque genuinamente multirraciais onde pretos, brancos e amarelos rezam nas mesmas igrejas, aprendem nas mesmas escolas, se curam nos mesmos hospitais, sempre lado a lado na dor e na esperança, afirmação de fé e certeza nas verdades últimas do Evangelho de Cristo.

Pois tudo isto ignorou propositamente um padre dito católico, um padre que nunca cá esteve, um padre que não sabe o que aqui se passa e como aqui se vive. Um padre que, pelos visões é só inglês e errou a vocação.

2 — Noticiou a imprensa internacional que o padre Adrian Hastings, submetido a intenso interrogatório, «reconhecera que nunca contactara com os missionários que compilaram as informações do seu relatório, publicado no «Times», sobre o alegado massacre em Moçambique».

Admitiu ainda «que não tinha definido a localização do massacre e que a aldeia de Wiriyamu poderia ter outro nome».

Queixou-se depois de «ter escrito apenas dez por cento do relato publicado no «Times» e que o resto fora «tração do relatório dos missionários com quem nunca contactou), mas que a redacção do jornal retirara as aspás das passagens, que não eram de sua autoria, facto este que criara nos leitores uma impressão falsa».

E condescendeu por fim «que as suas alegações só poderiam ser provadas se uma missão pudesse investigar o assunto em Moçambique».

Por sua vez o «Times», muito clinicamente, disse «que um erro em jornalismo é sempre possível» e que os padres espanhóis «sempre lhe pareceram cheios de razão nas suas queixas contra o governo português». Ou seja: um padre que nunca esteve em Moçambique descreve, com pormenor, um massacre que não viu, numa terra que não sabe se existe. E há um jornal que lhe publica a lèria.

Curioso observar que a maranduja foi devidamente condimentada com dois ou três pormenores muito bem estudados, isto porque tanto o pasquim em causa como o bento clérigo da história sabem muito bem «que, nas técnicas de comunicação de massa, os modelos, ideias, valores ou desvalores, podem impôr-se com tanto mais força e persuasão quanto se apresentam num contexto dramático ou emotivo que contribui para inibir o espírito crítico». Era isto que se pretendia e foi isto o que se fez. Nem o padre Hastings nem o diário londrino podem, pois, ser absolvidos de um crime conscientemente estudado e cometido.

Um crime que a consciência nacional portuguesa não pode nem deve esquecer, em nome da História que encarna é os valores que defende.

Augusto César